

AI: Artigo de Investigação

CI-CPRI



Paradiplomacia

Introdução

O artigo de investigação propõe uma pequena abordagem ao conceito de paradiplomacia num contexto de enfraquecimento do Estado-Nação, de globalização e de maior integração dos países em blocos regionais, mormente no caso da União Europeia (UE).

O primeiro capítulo testa as seguintes hipóteses: 1) quando um país investe menos em diplomacia e mais em paradiplomacia de regiões ou cidades, acelera o processo de integração no seio de um bloco regional; 2) ao fazê-lo, pode deixar de ter meios para continuar a funcionar enquanto Estado-Nação, contribuindo para o enfraquecimento deste modelo específico de Estado; 3) a paradiplomacia é uma das consequências da mudança de paradigma no sistema tradicional das relações internacionais que entretanto se tornou mais complexo.

O segundo capítulo estuda o conceito de paradiplomacia. Avalia alguns tipos de paradiplomacia e contextualiza-os na temática em análise.

Palavras-chave: paradiplomacia, diplomacia, UE, regiões, cidades.

I: Enfraquecimento do Estado-Nação e da Diplomacia

A diplomacia é a arte¹ de executar a política externa de um país, pelo que é fomentada no âmbito das relações entre Estados. Vela pelo interesse nacional que fomenta sobretudo “segurança, prosperidade e humanidade”² e pode influenciar o poder de uma Nação³.

Antes do séc. XX, as relações entre Estados eram centrais no sistema internacional, pelo que a diplomacia tinha um papel preponderante nesta matéria. Mas a realidade foi

¹ A diplomacia é a arte do “possível”. (Marshall, 1997: 128)

² «O desígnio da diplomacia é promover o interesse nacional. Embora se possam produzir listas infinitas de interesses (...) estes tendem a cair em três categorias: segurança, prosperidade e humanidade.» (Burt *et al.*, 1998: 18)

³ «De todos os fatores que contribuem para o poder de uma Nação, a mais importante embora instável, é a qualidade da diplomacia. (...) é a arte de conseguir com que os diferentes elementos do poder nacional maximizem os seus efeitos (...) Ao maximizar o poder potencial de uma nação, uma diplomacia competente pode aumentar o poder da nação para além do que seria de esperar da combinação dos outros fatores.» (Morgenthau, 1993: 155)

mudando e o xadrez mundial ganhou complexidade à medida que atores supranacionais e subnacionais se tornavam cada vez mais sofisticados, intervenientes e poderosos.

No pós-Guerra Fria, viveu-se um período altamente competitivo e centrífugo conhecido pela designação de globalização, em especial económico-financeira; uma força catalisadora de “interdependência complexa” (Keohane e Nye, 1977) que abriu portas num mundo menos restrito; o que contribuiu para que as empresas multinacionais, enquanto agentes não estaduais, aproveitassem as autoestradas da informação, das novas tecnologias e das facilidades alfandegárias para recorrerem menos às embaixadas ou até a dispensar os seus serviços para entrarem em certos destinos e negociarem diretamente com os seus parceiros de negócio.

Em contrapartida, alguns Estados aprofundaram processos de integração regional e outros apostaram na criação de regionalismos na sua área de influência, como forma de gerir balanças de poder a um nível supranacional. Sendo que a regionalização é um processo centrípeto, porque se *vira para dentro* e envolve apenas uma parte do todo. Ainda que dentro do bloco regional o processo também tenha sido centrífugo com maior mobilidade de bens, de serviços, de investimentos e em alguns casos até de pessoas.

As relações entre Estados não deixaram de ser bilaterais, mas os países sentiram necessidade de apostar no multilateralismo. Nestes espaços, os Estados foram instigados a promover consensos, a cooperar em prol de interesses comuns e não apenas do interesse nacional *stricto sensu*. O que implicou mudanças paulatinas nas políticas externas, talvez menos vocacionadas para visões estratégicas de longo-prazo mas mais imediatas, para fazer face às necessidades recorrentes que um bloco de vários Estados-membros necessariamente vai tendo.

Com a redefinição das fronteiras geográficas que minaram barreiras históricas⁴ que existiam por razões entretanto consideradas obsoletas, a integração progressiva apostou na eficiência económica⁵ retirando meios aos povos para autodeterminar a sua vontade concreta. Ao mesmo tempo, os Estados-membros aperceberam-se que não conseguiam talvez resolver todos os problemas nem encontrar soluções específicas para tantos países ao mesmo tempo *ao mais alto nível*; e reconheceram vantagens em colaborar a níveis subnacionais, pelo que delegaram responsabilidades às cidades e sub-regiões. Atualmente este tipo de parcerias não se restringe apenas à geopolítica de Estados-membros de um determinado bloco regional, mas são facilitadas a esta escala, por exemplo, através de apoios financeiros como os fundos comunitários da UE.

⁴ «Em primeiro lugar, a adesão à União Europeia modificou profundamente a natureza da *fronteira geográfica*, que de barreira histórica passou a simples apontamento administrativo em vista da livre circulação de pessoas, capitais, e mercadorias.» (Moreira, 2006: 6)

⁵ «Parece assim que a tendência para a evolução da noção de fronteira nacional em nome da eficiência económica, impõe maior prudência entre blocos, entre espaços de cooperação, entre países de uns e de outros, e nos próprios países, (...).» (Carvalho, 1995: 400)

No séc. XXI surgiram designações novas como *Estado-em-rede*⁶ e *diplomacia pós-moderna*⁷, mas a realidade explica-se pelo enfraquecimento do Estado-Nação⁸ e da sua forma de atuação privilegiada no exterior, a diplomacia.

De facto, o Estado-Nação – modelo idealizado na Paz de Vestefália⁹ mas pouco verificável no terreno (por exemplo, Portugal é um Estado-Nação, mas a Espanha é um Estado com várias Nações, a Alemanha é uma Federação de Estados, etc.) – foi perdendo poder de atuação; por um lado pressionado pela globalização e, por outro, pelos processos de regionalização¹⁰. Resultado, o Estado perdeu ferramentas para fazer face às exigências quando começou a transferir poderes crescentes para níveis supranacionais geridos à distância das realidades locais, ao mesmo tempo que delegava atribuições e deveres às autarquias e às parcerias transfronteiriças.

II: Fortalecimento da Paradiplomacia

As cidades e as regiões estratégicas, inclusive fronteiriças, modelam políticas externas próprias nas quais operam mais atores relevantes e enfrentam desafios relacionados com realidades vividas/sofridas pelos povos em concreto.¹¹ Tal resulta da necessidade de *pensar local* para fazer face a necessidades específicas, a exigências complementares de diferenciação geográfica e de especialização local.¹²

⁶ «Passámos de um Estado-Nação para o que chamo um Estado-em-rede, constituído por uma rede de relações entre os Estados Nações, as instituições supranacionais, as internacionais e os entes locais e regionais, que têm uma crescente capacidade de gestão. O exercício da política passa cada vez mais por uma contínua interação, às vezes negociada, às vezes conflituante, entre estes diferentes níveis de instituições estaduais que formam o Estado-em-rede.» (Castells, 2002)

⁷ «(...) atores diferentes na alargada esfera da diplomacia pós-moderna adquirem competências adicionais (domínio de especialidade) para participarem, de forma construtiva, no diálogo político.» (Saner and Yiu, 2003: 36)

⁸ «(...) encontramos-nos numa situação em que se pede cada vez mais aos Estados mas estes têm cada vez menos com que cobrir essas necessidades. Por conseguinte, os Estados estão cada vez mais numa situação de incitar e negociar do que decidir e ordenar.» (Castells, 2002).

⁹ «O fim da Guerra Fria não trouxe meros ajustamentos entre Estados, mas uma nova redistribuição de poder entre estados, mercados, e sociedade civil. (...) Uma concentração estável do poder nas mãos dos Estados, que começou em 1648 com a Paz de Vestefália, acabou, pelo menos por uns tempos.» (Mathews, 1997: 50)

¹⁰ «A clivagem entre a internacionalização política e económica – que é particularmente pronunciada em áreas caracterizadas por uma elevada procura pela regulação internacional dos problemas ecológicos globais, dos mercados financeiros globais, da *internet*, por exemplo – pode resultar do facto do desenvolvimento, formulação e implementação das políticas internacionais, geralmente ser um processo complexo e grande consumidor de tempo. (...) O sucesso da constituição de mercados transnacionais coincide com a inabilidade dos governos lidarem com problemas sociais e políticos que estão a emergir da integração económica, tanto a um nível nacional como internacional.» (Knill and Lehmkuhl, 2002: 42)

¹¹ «No mundo pós Guerra Fria, as alterações mais importantes entre povos não são ideológicas, políticas ou económicas, mas culturais. (...) Os povos usam a política, não apenas na prossecução dos seus interesses, mas também para definir a sua identidade.» (Huntington, 1996: 21)

¹² «Mesmo num mundo globalizado, a geografia não se torna menos importante; torna-se mais importante porque a globalização acentua as possibilidades de destacada diferenciação geográfica e de localização especializada. De facto, à medida que a globalização prossegue, um arquipélago estendido ou mosaico de cidades-regiões começa a surgir, e essas aglomerações peculiares a funcionar exponencialmente como fundações espaciais do novo sistema mundial que está a ser moldado desde o fim dos anos setenta.» (Scott, 2001: 813)

A paradiplomacia desenvolve-se precisamente entre comunidades conectadas em rede e mobiliza atores subnacionais no sistema internacional num contexto de globalização-processo, globalização-estratégia e globalização-efeitos¹³. Portanto, diferentes agentes públicos e privados fazem parte desta dinâmica multidimensional sofisticada de ação externa e podem trabalhar em equipa, em parceria, criando sinergias que se almejam positivas (mas que também podem ser negativas e que não devem ser descuradas).

Nesta medida, a paradiplomacia pode dinamizar uma rede institucionalizada de cidades¹⁴ ou de regiões para desenvolver políticas conjuntas de benefício mútuo. Almeja trocar informações, bens, serviços e projetos de cooperação a diferentes níveis (económico, militar, ambiental,...) que possam promover economias de escala e sustentabilidade futura.

Uma rede institucionalizada pode ser “linear”, formada pelo consórcio de cidades ou de regiões com competências comuns e adjacência territorial; ou “transversal” se a relação entre as comunidades é baseada na complementaridade e na descontinuidade espacial. (Baseado em Senhoras, Moreira e Vitte, 2008: 2). Depreende-se que o primeiro modelo instiga sinergias operativas de integração horizontal, dentro do mesmo sector; ao passo que a segunda fomenta sectores distintos e sinergias operativas de integração vertical.

Tabela1: Tipos de Paradiplomacia

Tipos de Paradiplomacia	Caracterização das Tipologias
Ministerial	Outros ministérios influenciam o MNE a seguir linhas de orientação próprias, o que implica rutura com a ação centralizada do Estado no exterior.
Subnacional	Ação paralela dos governos locais e regionais na esfera internacional.
Epistémica	Sindicatos, ONG, Universidades, etc. (organismos com ideais socioeconómicos a atuar de forma independente dos governos)
Empresarial	Paradiplomacia corporativa ou a dinâmica das empresas transnacionais no sistema internacional.

Fonte: Baseado em Senhoras, Moreira e Vitte (2008)

Com base na Tabela 1 é possível identificar quatro tipos de paradiplomacia. A primeira, realizada por Ministérios de um governo que não atua no exterior apenas através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas também do da Economia, da Cultura, etc. Este modelo não é centralizado, pelo que só funciona se houver cooperação interministerial e

¹³ «Globalização-processo, uma rede de mobilidades, com nós de racionalização e de acumulação de fatores de modernidade, situados em cidades globais [que podem converter-se em centros, sempre temporários, da rede de mobilidades]. Globalização-estratégia, a exploração dos nós de competitividade, de modo a que constituam pontos de atração e fixação onde os fatores de modernidade possam ser aplicados com eficiência maximizada [e sempre sujeitos a deslocalização para outros pontos que mostrem indicadores mais atrativos]. Globalização-efeitos, medidos pelo valor líquido de atração e repulsão, ou de centralização e de marginalização.» (Lopes, 2006: Q5)

¹⁴ «Os atores passam a se relacionar por meio de redes institucionalizadas em função do potencial de geração de uma série de externalidades positivas causadas pelo adensamento social, uma vez que a ação reticular integrada e interdependente dos atores cria brechas dinâmicas de escala e escopo para o surgimento de inovações sociais e económicas e para a diminuição de custos em razão da complementaridade de competências e de especialização.» (Senhoras, Moreira e Vitte, 2008: 2)

os serviços não duplicarem iniciativas, nem incorrerem em despesas desnecessárias, ou em rivalidades institucionais dentro do mesmo governo.

A paradiplomacia subnacional, alvo de análise neste artigo, requer que áreas locais contíguas – ou seja, «(...) países, áreas metropolitanas, municipalidades, etc. (...)» (Scott, 2001: 814) – possam formar uma aliança baseada numa análise de custo-benefício do tipo SWOT, que identifique as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças na cooperação, o que exige fundamento, planeamento estratégico e orientação em prol do grupo.

Num bloco regional como a UE que atravessa um estágio de integração avançado entre países, a paradiplomacia subnacional já assume um papel de relevo, e que foram lóbis estratégicos¹⁵. Neste contexto, as regiões e as cidades transfronteiriças acabam por alimentar uma relação especial entre dois países, em particular entre povos vizinhos, com vantagens/desvantagens mútuas em função da sua proximidade, beneficiando do interesse e da necessidade real das populações interagirem umas com as outras. Esta tendência parecia já estar prevista pelos fundadores do projeto europeu¹⁶.

Um exemplo disto mesmo parecem ser as relações fronteiriças entre cidades e regiões de Portugal e de Espanha.¹⁷ Os dois Estados-membros vizinhos, antes percecionados como dois países independentes, parecem ter mudado de paradigma de relacionamento.¹⁸ Após 1986, a reboque de interesses económicos particulares de algumas empresas, e com a a promoção de ligações aéreas, ferroviárias e rodoviárias que unem cidades e as regiões, os países cada vez mais são entendidos no exterior como um todo geoeconómico¹⁹.

¹⁵ «Sabe-se que as cidades e regiões em toda a Europa se associaram em torno de redes institucionais que fogem ao controle dos Estados nacionais, constituindo um dos mais eficientes *lobbys* capazes de atuar simultaneamente junto às instituições europeias e a seus respectivos governos nacionais. Como se não bastasse, as cidades e regiões participam ativamente de negociações diretas com empresas multinacionais, transformando-se nos agentes mais importantes das políticas de desenvolvimento económico, uma vez que as ações dos governos nacionais estão condicionadas às regulamentações da União Europeia.» (Neto, 2005: 78).

¹⁶ «Atualmente, as fronteiras da União Europeia assumiram-se, felizmente, como um espaço de permeabilidade entre os mercados, concretizando uma velha ambição dos Pais fundadores do projeto europeu.» (Mendonça e Moura, 2010: 9)

¹⁷ «É na dinâmica deste novo quadro europeu, marcado pela proximidade e pela cooperação, que o mercado ibérico e, neste, as regiões transfronteiriças de Portugal e Espanha (o nosso principal parceiro comercial), assumem particular relevo como mercado natural para ambos os países, nomeadamente como plataformas para o desenvolvimento dos seus negócios regionais e internacionais.» (Horta, 2010: 4)

¹⁸ «O panorama das relações económicas entre o nosso país e as diferentes Comunidade Autónomas mudou radicalmente, nomeadamente na zona fronteiriça, após a adesão simultânea dos dois países à Comunidade Económica Europeia em 1986. De um isolamento quase total entre os dois países, iniciou-se uma fase de grande dinamismo nos negócios entre Portugal e Espanha, duas economias vizinhas com um elevado grau de abertura ao exterior e que viram o seu nível de vida e poder de compra aumentar significativamente desde essa altura. As trocas transfronteiriças, que então eram praticamente inexistentes, representam atualmente mais de 40 por cento das exportações portuguesas para Espanha e mais de 30 por cento das compras de Portugal em Espanha.» (Aires de Abreu, 2010: 6)

¹⁹ «Nas atuais negociações dos empresários estremenhos com o governo central, local e com a UE, encontra-se em cima da mesa tudo aquilo que facilite e torne mais ágeis as relações transfronteiriças entre empresas, como sejam o acesso rodoviário (via Campo Maior-Badajoz e a autoestrada Madrid-Lisboa, com passagem pela Extremadura) e o acesso ferroviário (comboio de alta velocidade, ou de velocidade elevada, tanto de passageiros como de mercadorias, também com passagem pela Extremadura).» (Arribas, 2010: 34)

Os tipos de paradiplomacia epistémica e empresarial podem trabalhar em parceria e, nessa medida, serem favoráveis à paradiplomacia subnacional. Se não houver cooperação e as agendas de uns e outros forem muito diferentes, poderão tornar-se em forças disruptivas capazes de atrasar ou bloquear o sucesso das iniciativas promovidas pelas autarquias e regiões.

A ação externa das empresas multinacionais pode ter aumentado à medida que crescia a sua autonomia no xadrez mundial²⁰. A paradiplomacia empresarial ou corporativa explica-se em função do poder adquirido pelas transnacionais, e manifesta-se através da necessidade de participarem nas negociações sociais. Isto porque recaem sob as empresas certo tipo de exigências que ganharam terreno nas Democracias através do voto ou por pressão da opinião pública, como as responsabilidades sociais e ambientais; e a operacionalidade resultante da pressão da globalização foi abrindo portas à necessidade de localização dos processos de produção perto dos mercados de destino, dos consumidores finais²¹. Tanto assim que as empresas multinacionais parecem prosperar ao integrar redes tecnológicas e de conhecimento, de investigação e desenvolvimento (I&D) e de inovação²². Tal como outros tipos de paradiplomacia, este promove o bem-estar social se as empresas trabalharem em conjunto com as regiões. Deslocalizações que façam escalar o desemprego e a frustração em relação à aposta regional em determinada empresa, pode ter impacto muito negativo sobre as populações.

Conclusão

Posto isto, é possível que um país ao admitir cada vez mais relações entre regiões ou entre cidades fronteiriças, está a aprofundar a sua integração no bloco regional a que pertence. Ao apostar na delegação ou até na descentralização de poderes, perde meios e margem de manobra para atuar de forma centralizada e baseada na união nacional, o que contribui para o enfraquecimento do Estado-Nação. Sem esquecer que a vontade de cada povo persiste em ser satisfeita, pelo que esta reage como pode às oportunidades que dispõe e às limitações que enfrenta²³.

²⁰ «A paradiplomacia corporativa refere-se à atuação internacional de empresas revestida por um conjunto de orientações, princípios e práticas estratégicas. Como até a década de 1950, a ação de empresas transnacionais estava fortemente associada à diplomacia estatal, foi somente a partir das décadas de 60 e 70 que surge a paradiplomacia corporativa, quando as empresas transnacionais passaram a se apresentar com maior autonomia no sistema internacional.» (Senhoras, Moreira e Vitte, 2008: 7)

²¹ «Os exigentes requisitos de responsabilidade ambiental das empresas e as preocupações com as alterações climáticas e a redução de emissões de CO2 põem em causa a sustentabilidade da fragmentação de processos de produção globalizada, levando à pressão para localização perto dos mercados de consumidores de forma a minimizar as emissões, e trazendo novas vantagens para a localização.» (Santos Neves, 2010: 16)

²² «(...) em primeiro lugar as empresas têm de consolidar as suas capacidades de criação e inovação de conhecimento nas suas redes e grupos locais/regionais, já que, atualmente, a inovação é a principal força motriz da competitividade, para poderem responder aos novos desafios da globalização.» (*Id. Ibid.*)

²³ «Foi a Europa que inventou o Estado-Nação, também pode ser a mesma Europa o coveiro do Estado-Nação (que apenas se afirmou na Europa depois do séc. XVII). Hoje em dia, o Estado-Nação é demasiado pequeno para as coisas grandes e demasiado grande para as coisas pequenas. É óbvio que há um a crise do Estado-Nação, pois este sofre muita concorrência. Os Estados-Nação vivem em total esquizofrenia, pois fingem que fazem uma série de coisas que já não fazem. Estão limitados pela força das multinacionais, das Paradiplomacia

A vocação comunitária não se desenha burocraticamente e os interesses das populações não são necessariamente semelhantes ou até complementares a todos os níveis – sistema mais complicado de gerir quanto maior o número de países. Sendo assim, para dirimir as dificuldades locais e regionais, os Estados-membros investem na paradiplomacia enquanto modelo pós-moderno de diplomacia de atuação subnacional, o que resulta numa mudança de paradigma no sistema tradicional das relações internacionais²⁴.

No atual sistema internacional, a paradiplomacia é instrumental e pode ajudar a dinamizar uma rede institucionalizada de cidades²⁵ ou de regiões para levar a efeito políticas conjuntas a favor de um maior bem-estar das populações. Idealmente opera em parceria com outros tipos de paradiplomacia, tais como a ministerial, a epistémica e a empresarial em prol do bem comum. Na prática, se não houver um plano centralizado e/ou baseado numa visão estratégica de futuro, a paradiplomacia ou cria problemas junto das populações apesar das boas intenções dos programas políticos subnacionais; ou pode promover benefícios conjunturais ou específicos a determinadas regiões ou cidades, mas no longo do tempo pode minar com a integridade territorial/cultural/política dos Estados-Nação habituados a uma identidade própria de conjunto, à medida que se vão transformando num manto de retalhos baseados em afinidades regionais diferentes dos padrões clássicos herdados.

Bibliografia

Aires de Abreu, Pedro (2010). “Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços”. *Portugalglobal*, Número Especial ‘Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços’, Janeiro, pp. 5-8.

Arribas, Juan M. (2010). “Cooperação Portugal-Extremadura”, *Portugalglobal*, Número Especial ‘Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços’, Janeiro, pp. 33-35.

Burt, Richard *et al.* (1998). *Reinventing Diplomacy in the Information Age*. Washington D.C: Centre for Strategic and International Studies.

organizações internacionais, etc. Aquela ideia que o que é bom para a *General Motors* é bom para os EUA, já não é bem assim. As multinacionais têm vontade própria. Depois temos as burocracias internacionais e a interdependência complexa de que falava Keohane e Nye (1972). As populações sentem-se desprotegidas pelo Estado e pelos grandes poderes que estão demasiadamente longe, e assim ressurgem os nacionalismos e as vontades autonómicas, o que poderá levar à desintegração de países como a Espanha, a Bélgica e a Itália.» [José Freire Nogueira, Entrevista para o TIF N.º 4, 27/02/2013 in Sousa Galito, 2014: 35].

²⁴ «A inserção explícita de cidades nas relações internacionais por meio de redes ou negociações diretas com organismos multilaterais ou regionais, empresas transnacionais e outras cidades ou regiões vem gerando transformações significativas sob o ponto de vista da autonomia económica e política das localidades. Este fenómeno de ação internacional de cidades tem criado espaços reticulares de cooperação que transcendem às formas geográficas clássicas de divisão político-administrativa e de continuidade territorial.» (Senhoras, Moreira e Vitte, 2008: 5)

²⁵ «Os atores passam a se relacionar por meio de redes institucionalizadas em função do potencial de geração de uma série de externalidades positivas causadas pelo adensamento social, uma vez que a ação reticular integrada e interdependente dos atores cria brechas dinâmicas de escala e escopo para o surgimento de inovações sociais e económicas e para a diminuição de custos em razão da complementaridade de competências e de especialização.» (*Id. Ibid.*: 2)

Carvalho, Virgílio de (1995). “Eficiência Económica e Nacionalismo”. In *O Mundo, a Europa e Portugal. Coletânea de Artigos de Opinião e Conferências Publicadas*. (2º Volume). Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Castells, Manuel (2002). “Los Estados ya no pueden gobernar; solo negociar”. *Revista Nuevos Rumbos*, Sección Especial Manuel Castells, Entrevista, 1 de Julio. URL: <http://www.publomatic.com/diario.php3?d=nuevosrumbos> (acesso a 25 Junho 2015)

Horta, Basílio (2010). “Investimento Transfronteiriço”. *Portugal Global*, Número Especial ‘Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços’, Janeiro, p. 4.

Huntington, Samuel P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.

Keohane, Robert e Nye, Joseph (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little-Brown.

Knill, Christoph e Lehmkuhl, Dirk (2002). “Private actors and the State: Internationalization and Changing Patterns of Governance”. *Governance*, Vol. 15, N.º 1, January, pp. 41-64.

Lopes, Ernâni (2006). “A Globalização Competitiva e a Resposta das Empresas Portuguesas”. *XVII Encontro SAER – A Globalização Competitiva e a Resposta das Empresas Portuguesas*, Documentos de Trabalho, 24 Fevereiro, pp. 1-Q27.

Marshall, Peter (1997). *Positive Diplomacy*. New York: St. Martin’s Press.

Mathews, Jessica T. (1997). “Power Shift”. *Foreign Affairs*, Vol. 76, N.º 1, January/February, pp. 50-66.

Mendonça e Moura, Álvaro (2010). “Regiões transfronteiriças – Um Enorme Potencial por Explorar”. *Portugalglobal*, Número Especial ‘Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços’, Janeiro, p. 9.

Moreira, Adriano (2006). “A Diplomacia Portuguesa”. *Sociedade de Geografia de Lisboa*, 29 de Maio, pp. 1-14.

Morgenthau, Hans J. (1993). *Politics Among Nations – The Struggle for Power and Peace*. New York: McGraw-Hill.

Neto, A. M. (2005). *Redes de Cidades: Cooperação, Estratégias de Desenvolvimento, Limitações Constitucionais e Divergências: O Caso da Rede Mercocidades*. Porto Alegre: FEE.

Saner, Raymond and Yiu, Lichia (2003). “International Economic Diplomacy: Mutations in Post-modern times”. *Discussion Papers in Diplomacy*, Netherlands Institute of International Relations Clingendael, University of Leicester, pp. 1-37.

Santos Neves, Miguel (2010). “Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a Consolidação do ‘Soft Power’ “. *Janus.Net*, Vol. 1, N.º 1, Outono, pp. 12-32.

Scott, Allen J. (2001). “Globalization and the Rise of City-Regions”. *European Planning Studies*, Vol. 9, N. 7, pp. 813-826.

Senhoras, Elói M. e Moreira, Fabiano de A. E Vitte, Claudete de C.S (2008). “A Geografia da Paradiplomacia Subnacional na América do Sul”, X Coloquio Internacional de Geocrítica, Diez Años de Cambio sen el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008, Barcelona, 28-30 Mayo, pp. 1-17.

Sousa Galito, Maria (2014). “Projeto: Geopolítica Portuguesa do Séc. XXI – Perspectiva e Prospectiva”. *CI-CPRI*, AI, N.º 19, Maio, pp. 1-50. URL: <http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2014/05/Projecto-Geopolitica-Portuguesa.pdf> (acesso a 25 Junho 2015)